

Uma viagem às paisagens do passado: resenha do livro *The Past Is A Foreign Country*

A journey to the landscapes of the past: a review of The Past Is A Foreign Country

GARDÊNIA BAFFI DE CARVALHO¹
TAINÁ MARIA SILVA²

1 Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.
E-mail: gardeniabc@hotmail.com

2 Arquiteta e Urbanista, contato@tainasilva.com.br

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. 10. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

A vida profissional de David Lowenthal é marcada pela interdisciplinaridade: foi professor em diferentes universidades nos cursos de História, Geografia, Arquitetura, Ciências Sociais e Psicologia. Foi também conselheiro sobre Patrimônio na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e hoje é professor emérito de Geografia na University College de Londres.

É de fundamental importância para compreensão do pensamento do autor, o qual se reflete no livro, a contextualização de sua formação e a corrente de pensamento na qual se insere. David Lowenthal é pós-graduado na Universidade da Califórnia, onde nas primeiras décadas do século XX Carl Ortwin Sauer funda a Escola de Geografia Histórico-Cultural, a Escola de Berkeley. Numa visão tradicional, a escola fundada por Sauer destaca a importância das formas da paisagem, uma vez que formas e marcas são deixadas nela pelo homem e por sua cultura. Após a Segunda Guerra Mundial despontam novas formas de pensar a ciência, e novos métodos surgem, fugindo do racionalismo tradicional. É nesse contexto que surge a corrente Humanista, com destaque para os estudos de Yi-Fu Tuan. A corrente Humanista diz que as ações do homem não podem estar desassociadas de seu contexto, valorizando, então, o espaço vivido, as experiências e a percepção. Não por acaso, são esses os aspectos valorizados por Lowenthal no livro em questão.

The past is a foreign country, lançado originalmente em 1985, fala sobre as percepções do homem em

relação ao passado e como ele tem afetado a sociedade. É composto por sete capítulos, divididos em três partes, nas quais a primeira se preocupa em explicar as razões que nos impulsionam a recuperar o passado, a segunda exhibe os meios de acesso ao passado e a terceira explica as modificações que ele sofre. Por se tratar de um assunto complexo, o autor recorreu a diversas referências bibliográficas para apresentar as diversas faces do tema, contanto com mais de 2.100 citações.

No primeiro capítulo “Reliving the past: dreams and nightmares”, o autor inicia explicando a paixão mundial pelo passado, exibindo vários motivos pelos quais as pessoas desejam retornar no tempo. Um desses motivos seria explicá-lo. Nesse caso, adverte Lowenthal, toda a humanidade teria que retornar no tempo, uma vez que a observação de um fato ocorrido traz consigo todas as percepções do observador, deixando de ser fiel ao ocorrido. O autor também destaca que o futuro incerto e desconhecido deixa o passado confortável a todos, pois é originalmente a “casa” a qual estão todos familiarizados, e estar desvinculado dessa “casa” desperta uma sensação deprimente de desamparo, nomeada nesse capítulo como nostalgia.

O segundo capítulo “Benefits and burdens of the past”, como o próprio nome declara, trata sobre o impacto do passado no presente apresentando o seu lado positivo e negativo. Dentre tantos benefícios que Lowenthal atribui ao passado, pode-se dizer que todos detêm uma característica implícita: significar o presente. O presente busca nos acontecimentos passados o

embasamento para ser, e traz do passado aquilo que pode enriquecer e firmar a atualidade.

Sobre os fardos do passado o autor é gentil em citar poucos, mas pode-se compreender a essência que ele quis transmitir na citação de Katharine Whitehorn (1980)³: “no sétimo dia Ele olhou para tudo que fez, então reparou como as coisas poderiam acontecer. Assim, no oitavo dia Ele se pôs a trabalhar novamente e criou o mofo e a ferrugem, seu toque final de mestre”⁴ (p. 66). Em síntese, compreende-se que deve haver um equilíbrio entre o tratamento do passado e as atitudes do presente para que o presente seja significado pelo passado sem esse último se sobressair.

Como, então, aproveitar os benefícios que o passado nos proporciona sem, ao mesmo tempo, sermos sobrecarregados por ele ou nos deixar dominar por completo é o questionamento que o autor coloca em “Ancients vs moderns”. O capítulo apresenta, a partir de quatro estudos de caso, a maneira pela qual diferentes épocas têm encarado e resolvido as questões sobre o patrimônio e sobre o passado em si. Os quatro exemplos, cada um com temporalidade distinta, firmam que o tratamento ao passado pode variar conforme as situações das épocas, porém nenhum deixa de ser conflituoso.

O primeiro exemplo é a Renascença, a primeira época que seu viu como moderna, que, segundo Lowenthal, tinha atitudes ambíguas para com o passado: “a consciência não os deixava seguros de sua capacidade nem de seu direito de negar o passado”. No entanto, o autor declara que essa foi a época que melhor soube lidar com o antigo, sabendo assimilar seus benefícios.

No Iluminismo, o segundo exemplo, a relação com o passado era bastante interessante: aqueles que tinham maior inclinação ao conhecimento científico não tinham a intenção de quebrar os elos com o passado, pois compreendiam que o conhecimento científico era cumulativo e, portanto, bastante dependente das conquistas passadas. Já aqueles que pendiam ao lado artístico condenavam o passado, pois, ao contrário, compreendiam que o saber artístico não era cumulativo. No

entanto, o conhecimento artístico é, em certo ponto, cumulativo: as técnicas podem ser aprendidas e dominadas a longo prazo. Caso não o fossem, não haveria inúmeras confusões entre autoria de pintores renascentistas e seus alunos, por exemplo.

O terceiro e quarto exemplo correspondem, respectivamente, à Era Vitoriana na Inglaterra e à fundação da América do Norte. No primeiro período havia o desejo de retornar ao passado, uma vez que estavam abalados com tamanha modernização do período industrial, e o segundo desejava o oposto, numa tentativa desenfreada de conquistar sua independência.

Nesse capítulo, assim como no primeiro, o autor se utiliza de um recorte histórico que tem início no Renascimento, dando a entender que esses foram os primeiros a problematizarem a relação com o passado. No entanto, a intenção principal de Lowenthal é mostrar que as impressões humanas são responsáveis em quase tudo daquilo que pode acontecer na relação passado-presente-futuro. A compreensão – ou incompreensão – da temporalidade é que trouxe às sociedades esses conflitos, deixando à escolha dela ser o camelo, o leão ou a criança de Nietzsche⁵.

“The Look of Age”, o capítulo que fecha a primeira parte do livro, traz as percepções da humanidade para com os conceitos de “velho” e “jovem”, agora no sentido do tempo da vida natural. O autor atenta para o fato de que tudo que tem um tempo biológico próprio fica velho e afirma que a aversão para com ele é inconsciente e quase universal, dadas as suas associações ao retrato da decadência.

Ao decorrer do capítulo, Lowenthal mostra a evolução no tratamento ao velho, destacando que uma consciência de que “Deus tem o poder para destruir o velho, mas prefere o conservar” foi o estopim para a população do século XVIII compreender a beleza do tempo sobre as coisas e a partir disso passar a se afeiçoar a elas. Tão logo, a associação do velho ao tempo biológico foi parcialmente deixada de lado para ser adotada toda a contingência histórica que algo antigo pode deter.

3 *Observer*, 2 nov. 1980, p. 35.

4 No original: “on the seventh day He saw all that He had made, and realised the way things would go. So on the eighth day He bestirred Himself again, and created moth and rust, His final stroke of mastery” (p. 66).

5 Do livro “Assim falou Zaratustra” onde Nietzsche utiliza metáforas para exemplificar os tempos. Os camelos seriam as pessoas que vivem no passado, carregando seu peso histórico em suas covas; o leão são pessoas que vivem no futuro e detém de um espírito de líder nato e a criança representa as pessoas que vivem o presente, estando liberta de fardos.

Essa adoção do contingente histórico de fato ocorre até a atualidade, e uma das provas disso é todo o mercado que se desenvolveu em torno de casas de penhores e lojas de antiguidades: produtos com certa carga histórica são vendidos a altos preços. Porém, muitas vezes estes mesmos produtos passam por reformas e congêneres, alterando seu estado originalmente rústico para dar lugar a algo mais belo e atraente, o que leva a compreender que a população aprecia a carga histórica e respeita essa característica do antepassado, mas ainda é relutante em aceitar a decadência inerente das coisas.

A segunda parte do livro intitulada “Knowing the past” é composta por um único capítulo, “How we know the past”. Com uma abordagem profunda sobre as maneiras que utilizamos para acessar o passado – a memória, a história e as relíquias, o autor discorre sobre cada uma delas de forma impactante e pouco explorada à época.

Harold Pinter, citado na página 193, define passado como “what you remember”, ou “aquilo que você lembra” em tradução livre. Em concordância, Lowenthal comenta que o senso de passado é fundamentado pela memória e que essas memórias fazem parte da identidade humana. Essa seria a primeira maneira de se acessar o passado. Porém, confiar nela pode ser desastroso. Uma memória, quando completamente pessoal e não compartilhada, pode virar uma invenção inconsciente, e o caso do novelista Wallace Stegner comprova: ao voltar à cidade em que passou sua infância, procurou pelos nomes e lugares que se recordava e constatou que nada daquilo existia: sua memória havia virado ficção. Para que situações como a de Stegner não se repitam, explica Lowenthal, é preciso compartilhar a memória e utilizar a de outras pessoas para validar a sua própria, formando uma espécie de registro verbal e tornando um fato difícil de ser perdido.

Para falar sobre história, o segundo meio de se acessar o passado, é necessário compreender o conceito que o autor adotou: “a história estende e elabora a memória através da interpretação de relíquias e sintetização de relatos de testemunhas do passado” (p. 212). Assim, compreende-se que a história é consensual e somente esse fato já a torna mais válida que a memória, uma vez que seu caráter consensual é equivalente a uma memória compartilhada. Mas uma peculiaridade a faz ser questionável: a narrativa histórica é uma dimensão única, e o passado é multiforme. Essa constatação

compreende a fragilidade da história como ferramenta de acesso ao passado, uma vez que ela não consegue mostrar o ocorrido de fato.

O terceiro meio de acesso ao passado seriam as *relics*. Subentendendo-se que seriam os objetos remanescentes de um tempo anterior, o autor adverte que elas são importantes para compreender o passado, mas só o fazem quando há um conhecimento prévio dele. O autor termina o capítulo recomendando “interconexões” como rota para conhecimento do passado, explicitando que memória, história e relíquias necessitam uma da outra para significar e creditar um tempo remoto.

Diante desse desfecho, o quinto capítulo imerge o leitor num perturbador padecer. Enquanto “a função primordial da memória é, não preservar o passado, mas enriquecer e manipular o presente”; a “história pode ser tendenciosa” e “reliquias carecem de interpretação”, o autor deixa claro que estamos desvinculados por completo da realidade do passado. Ainda que as interconexões sugeridas sejam postas em prática, as duas principais fontes de conhecimento – a memória e a história – estão alteradas. Uma relíquia torna-se uma falácia quando a memória e a história insistirem em uma mentira. Faz-se assim o passado: um eterno país estrangeiro.

O sexto capítulo, intitulado “Changing the past”, abre a terceira e última parte do livro – que carrega o mesmo nome. Nesse capítulo, embasando ainda mais o capítulo anterior, o autor nomeia as alterações que o passado sofre dividindo-as em duas categorias: direta e indireta. As formas diretas de alteração do passado dizem respeito mais à condição física, como a proteção de objetos ou o reuso de espaços com alteração do uso original, por exemplo, e as indiretas estão mais relacionadas a cópias e simulações que reconstituem o passado.

Lowenthal atenta para a comercialização do patrimônio, utilizando-se da palavra “parafernália” como o conjunto de ações e objetos que impedem a real apreciação dele. Esse conjunto ao qual o autor se refere vai desde a movimentação (retirada do patrimônio de seu local original para um local de exibição) até a contratação de guardas para proteção. Essas alterações diretas no objeto implicam em sua originalidade e, segundo Lowenthal, a preservação é uma intensa remodelação das relíquias, alterando a comunicação com o passado. Ainda nessa crítica da musealização, o autor reconhece que a maioria das pessoas prefere ter contato com o patrimônio em locais próprios a isso porque não percebem

ou não se importam com as alterações do passado que isso implica. No entanto, também reconhece que às vezes a única maneira de salvar uma relíquia da decadência terminal ou demolição é a remoção – para museus, no caso – o que a acarreta uma enorme alteração.

Ao final do capítulo, Lowenthal conclui o pensamento sobre a redução das perspectivas do passado dizendo que se o passado das pessoas está cada vez mais parecido, não é somente pelo fato de compartilharem o mesmo patrimônio comum, mas pelo fato de o passado ser modificado em comum acordo.

Num contexto geral, a perturbação despertada no capítulo anterior se mantém nesse, pois, segundo o autor, qualquer interação com o patrimônio altera o seu contexto. Assim, todas as formas de alteração, sejam diretas ou indiretas, são evidentes anacronismos, pois, sejam conscientes ou não, adicionam elementos atuais para tornar o passado compreensível.

No último capítulo, “Creative anachronism”, o autor reserva um desfecho surpreendente. Inicia comentando a respeito de uma sociedade americana intitulada Society for Creative Anachronism (SCA). Os integrantes dela se reúnem de tempos em tempos para reviver a era medieval. Vestem-se como tais, comem as comidas da época, festejam e até mesmo combatem montados em cavalos e munidos de lanças. As atividades dessa sociedade podem parecer exageradas e estranhas, mas deve-se atentar para o fato de que as tradições mantidas até a atualidade não são diferentes da SCA: ambas são totalmente anacrônicas e cultivam eventos passados numa realidade diferente.

Sua crítica à tradição se fundamenta na premissa de que ela pode ser uma “estéril relutância em mudar”, dada sua incoerência em insistir em ações passadas. Porém, a pior consequência que o autor atribui à tradição, implícita em cada capítulo no qual o tema surge, é perder o elo que dá sentido à ação. Quando se perde o real motivo de vivenciar as tradições, há um risco de repetir homenagens à coisa alguma, perpetuando um anacronismo deficiente ou esgotado de significado. Esse significado referido é o que conecta as pessoas a si mesmas, tocando a identidade e despertando a atenção de cada indivíduo para sua origem, por isso a importância de não o perder.

O cerne do livro é exposto na página 384, conectando todos os pensamentos expostos até agora: “[nós somos] incapazes de incorporar o legado do passado ao nosso modo de vida [...] Quanto menos integrado às

nossas vidas o passado estiver, mais imperativa se torna a vontade de preservar essas relíquias”.

Em suas conclusões, Lowenthal diz que um passado fixo e imutável é uma ilusão, não o que precisamos. Precisamos de uma herança que interaja constantemente com o presente, patrimônios que fundam o passado com o presente. Por meio das memórias vivemos simultaneamente presente e passado, e preservamos as relíquias para mantê-las presentes no universo contemporâneo por mais tempo. Preservando as relíquias estaremos interferindo do passado, mas o autor escreve que nada foi deixado intocado, nada é imutável. Alguns defensores da preservação acreditam que vão salvar e prevenir o passado de mudanças e alterações, mas elas são inevitáveis, segundo Lowenthal. O que nossos predecessores deixaram para nós merece respeito, mas o patrimônio simplesmente preservado se torna um fardo, perdendo seu sentido.

Lowenthal conclui que o passado pertence integralmente a nós, individual e coletivamente. Devemos considerar seu lugar anterior, mas ele não existiu simplesmente lá atrás, num país separado e estranho; ele é assimilado em nós e ressurge no presente sempre mutável.

Essa recomendação de Lowenthal de incorporar o passado ao presente ou repetir tradições que somente façam sentido carece de um constante policiamento para não viver em anacronismo. Deve-se assumir de maneira consciente o passado como constituinte do presente para que ele não se dilua a ponto de perder sua consonância com o tempo.

Dada sua conclusão e recomendação final, podem-se levantar duas questões distintas. A primeira diz respeito ao futuro: o tempo futuro é objeto quase inexistente no livro de Lowenthal, ocupando poucas preocupações em sua narrativa, o que leva a crer que ele visualiza a humanidade em coexistência a apenas dois tempos: o passado e o presente. O “futuro incerto”, como ele nomeia nas primeiras páginas do livro, seria cem por cento moldado pelo passado e presente, o que não deixa de ser lógico, mas que deixa o leitor inquieto. Essa omissão do futuro talvez tenha sido uma estratégia para imergir o leitor no que ele vem tentando firmar o livro todo: não temos acesso a tempo algum senão ao presente.

A segunda questão vai um pouco além da conclusão: de quem é o direito (ou dever) de ditar qual aspecto do passado deve ou não ser incorporado ao presente

do coletivo? Atualmente essa seleção se torna inviável, e provavelmente essa condição se manterá por muito mais tempo. Objetos, edificações, técnicas ou mesmo bens imateriais, cada um possui uma significação diferente para cada pessoa. A homogeneização dessas significações não constitui um patrimônio, dado que ele não deve conter todos os sentidos em harmonia, mas simplesmente todos os sentidos⁶. Dessa forma, a sugestão final de Lowenthal para conter a febre da preservação é aplicável apenas ao âmbito pessoal.

Por fim, “The past is a foreign country” prova que o tempo passado é integral a todo ser, e que mesmo imutável, suas interpretações são muitas. O autor analisa a percepção que o homem tem sobre o passado ao longo da história, e pela complexidade que o tema apresenta, faz-se necessário recorrer a diferentes disciplinas, dando ao livro um caráter multidisciplinar.

Essa incrível erudição é uma leitura obrigatória para alunos e entusiastas de diversas áreas que buscam compreender um pouco mais sobre o homem. Esse livro, além de oferecer uma visão ímpar sobre o tratamento do homem com o passado, mostra as alterações da paisagem ao longo do tempo e como elas se deram. Um livro de cabeceira, em resumo.

6 Citação do Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira na disciplina Patrimônio Cultural e Industrial do programa de pós-graduação mestrado da FAAC/UNESP de Bauru.